

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 67ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 05 de outubro de 2015

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de 2015, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Sexagésima Sétima Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA, e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos do Município de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO; de São Caetano do Sul, PAULO PINHEIRO; de Diadema, LAURO MICHELS; de Mauá, DONISETTE BRAGA; e de Ribeirão Pires, SAULO BENEVIDES. Presentes também o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, e os assessores regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Com a palavra, o Secretário Executivo inicia a pauta anunciando que o primeiro ponto da pauta será a participação dos Conselheiros Mirins de Santo André, no auditório, com a APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA A REGIÃO ELABORADAS EM VISITA AO CONSÓRCIO. Em agosto os conselheiros mirins visitaram o Consorcio e terminaram discutindo problemas e propostas do ABC. Com a palavra, o Sr. Wagner Sussai, representante da Secretaria de Educação de Santo André, que coordenou as visitas ao Consorcio. Explica que os encontros buscam agregar conhecimento de civilidade e democracia aos alunos, por meio do conselho procuram conscientizar as crianças sobre a cidadania e permitir que elas desfrutem de um ambiente democrático. As visitas ocorreram nos dias 04, 05 e 06 de agosto e mais de 100 conselheiros mirins conheceram o Consórcio e a Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC, e aproveitaram para deixar sugestões para ajudar os Prefeitos a melhorarem a região. As crianças selecionadas para integrar os conselhos devem apresentar aos colegas de turma o que vivenciaram durante as visitas. A lógica é que os próprios alunos elejam os representantes para participar destas visitas sob a responsabilidade de contar tudo o que viram e aprenderam ao longo do passeio. Essas crianças já visitaram diversas instituições. Após conhecerem a estrutura da entidade e de breve apresentação sobre o papel do Consórcio na articulação regional, as crianças participaram de atividade na qual apontaram o que poderia ser melhorado na região. Em seguida, passa a palavra aos alunos para apresentação dos problemas e propostas de ações para a Região do Grande ABC que foram elencados por eles. As principais propostas na formulação dos próprios conselheiros mirins de Santo André são relacionadas a seguir: mais hospitais; mais médicos; melhorar os hospitais; iluminação nas ruas e segurança à noite; mais segurança nas ruas; cuidar da água; cuidar da natureza; diminuir a poluição; não destruir as árvores; não jogar lixo nas ruas; não poluir a cidade; arrumar as calçadas, guias e ruas; melhorar as estações de trem; melhorar o transporte público; ajudar as pessoas que moram nas ruas; ajudar os idosos; mais respeito com os idosos; sem preconceito; sem racismo; mais empregos; mais creches; mais escolas; mais lazer; mais professores; reformar as escolas; ajudar os animais; hospital veterinário para todas as cidades; mais veterinários; arrumar praças e parques; mais iluminação nas ruas; mais moradias. O Aluno Gabriel Rodrigues fala sobre a saúde, relatando a espera dos idosos nos hospitais, e a necessidade de

hospitais que atendam a população com mais qualidade de atendimento, mais clínicas para os dependentes químicos, hospitais e médicos, mais profissionais nos postos de saúde, melhorar a estrutura dos hospitais e um hospital de referência no Grande ABC. O aluno Tainã destaca em sua fala o ponto da segurança. As crianças pediram iluminação nas ruas e segurança à noite, mas seguranças nas ruas e escolas e projetos de integração entre policiais e comunidade. A aluna Lavínia fala sobre meio ambiente, destacando a necessidade de cuidar da água e da natureza, e diminuir a poluição, uma campanha para combater a falta de água e a melhora do consumo de energia. O aluno Vinicius fala sobre a mobilidade, destacando a necessidade de arrumar as calçadas, guias e ruas, lugares aptos para os deficientes como rampas, principalmente nas escolas. Melhorar as estações de trem, o transporte público e o transporte especial para deficientes e cadeirantes, e menos buracos nas calçadas. A aluna Isadora cita algumas políticas sociais: ajudar as pessoas que moram nas ruas; ajudar os idosos; mais respeito com os idosos; sem preconceito e sem racismo. A aluna Adriana cita alguns pontos sobre desenvolvimento econômico, mais empregos. A aluna Bruna fala sobre educação, cita mais professores e reformar as escolas, mais creches; mais escolas, mais lazer e bibliotecas. O aluno Giovanni, fala sobre proteção animal, destacando a ajuda aos animais; hospital veterinário para todas as cidades; mais veterinários. A aluna Agatha fala sobre planejamento urbano, destacando as propostas para arrumar praças e parques; mais iluminação nas ruas; mais moradias, fazer com que os deficientes físicos se sintam melhor nas ruas. Em seguida, os conselheiros mirins convidam os Prefeitos para o Encontro Nacional de Cidades Educadoras, que será no dia 03 de novembro, às 9h, no Teatro Municipal de Santo André. O Presidente Gabriel Maranhão agradece a presença de todos e fala da felicidade em receber os conselheiros. Parabeniza ao Prefeito Carlos Grana pelo projeto realizado e diz estar surpreendido com as demandas que vem ao encontro de demandas das comunidades. Encerra agradecendo a presença e participação e deixa a mensagem que a educação é o melhor caminho para o futuro e vai garantir um futuro melhor. O Secretário Executivo retoma a pauta, retornando à sala de assembleia e convidando o Sr. Mauricio Soares, ex-prefeito de São Bernardo do Campo, Presidente da Fundação Criança e o Sr. Ramon Velásquez, atual coordenador do GT Criança Prioridade I e ex-prefeito de Rio Grande da Serra, lembrando que se trata de dois ex-presidentes do Consórcio, para a APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO 2014/2015 do GT CRIANÇA PRIORIDADE 1. Com a palavra o Sr. Mauricio Soares cumprimenta a todos e informa que estamos no começo de uma nova gestão na coordenação do GT. Esse GT já teve muito destaque, pois elegemos em 2008 na Câmara a criança como prioridade regional. Depois as coisas foram caminhando com dificuldades, assim como em alguns grupos. Relata que conversou com quase todos os prefeitos para apresentar a proposta do GT e fazer um apelo a todos para darmos mais apoio ao GT e suas ações prioritárias. O GT está trabalhando na formação continuada dos conselheiros tutelares, pois não pode haver atrito entre ambos, é preciso trabalhar integrado para que os esforços sejam recompensados. Estão trabalhando também no simpósio de enfrentamento do trabalho infantil, que tem previsão de ocorrer no mês de dezembro, devendo reunir representantes do governo federal, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das sete cidades para discutir estratégias de combate ao trabalho infantil na região. O simpósio visa conciliar os números gerados por pesquisas divergentes, para que possamos tomar as decisões e ações necessárias e corretas.

Finaliza com o apelo aos prefeitos com relação aos representantes dos municípios que muito estão ausentes nas reuniões do GT Criança Prioridade I. O Presidente solicita o levantamento dos municípios que não estão participando das reuniões do GT para informação a cada um dos prefeitos presentes.

Dando sequencia, é apresentado o CONVITE DA FRENTE PARLAMENTAR PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O assessor Fabio informa que não foi possível a presença da Deputada Ana do Carmo, mas em nome dela convida os Prefeitos e todos os presentes para o Lançamento da Frente Parlamentar para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que tem entre suas metas medidas para combater a mudança do clima e seus impactos. O lançamento está marcado para o dia 13 novembro na Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

Para o próximo ponto, o Secretário Executivo convida o Sr. João Ricardo Guimarães Caetano, coordenador do GT Meio Ambiente, para a apresentação do RELATÓRIO DO GT MEIO AMBIENTE E GT DEFESA CIVIL SOBRE O SEMINÁRIO MUDANÇAS CLIMÁTICAS, E SEUS DESDOBRAMENTOS. Com a palavra, João Ricardo cumprimenta e agradece aos senhores prefeitos, informando que os dois GTs realizaram no dia 24 de setembro o Seminário "Mudanças Climáticas e o papel dos Governos Locais" para sensibilização dos municípios e da população em torno da criação de uma agenda climática regional. Para isso, foram mobilizados membros de cinco GTs: Meio Ambiente, Defesa Civil, Habitação, Educação e Resíduos Sólidos. Após o evento, o GT Meio Ambiente propôs a elaboração de uma política de mudanças climáticas regional no Grande ABC, e agora precisamos incluir os municípios nas discussões sobre mudanças climáticas. Neste sentido podemos ser inovadores e implementar uma política regional, ressaltando que não podemos aguardar o Ministério do Meio Ambiente ou o governo do Estado nos direcionar, precisamos ser protagonistas nesta linha de frente. A proposta é a elaboração do inventário de emissão de gases efeito-estufa (GEE) e com estes subsídios traçar uma política regional que contemple diretrizes, planos de mitigação e adaptação ao enfrentamento às mudanças climáticas. Grande parte das mudanças cabe aos governos locais e regionais, como o tratamento de resíduos, a ocupação do solo e a questão dos mananciais. Observa que alguns municípios do Brasil já possuem suas políticas de clima, e cita Curitiba, Betim, Porto Alegre e Salvador. A ideia é fazer um único plano regional para os 7 municípios. A proposta para o Consorcio consiste na contratação de uma consultoria para coordenar o projeto e realizar as ações: montar um comitê intermunicipal de mudanças climáticas para apoiar a elaboração e implantação da política regional, realizar o inventário regional de emissão de gases GEE com uma metodologia específica para cidades e com capacitação de corpo técnico das prefeituras, visando instituir uma política regional de mudanças climáticas, elaborar um plano de mitigação e adaptação dos impactos e buscar fontes de financiamento para implantação dos planos. O valor estimado é de R\$ 300.000,00. Aprovado esse recurso, a partir de 8 meses teremos a previsão da divulgação do inventario e um plano regional de politica de enfrentamento. Com a palavra, o Secretário Executivo informa que isso está relacionado ao Plano Regional de Redução de Riscos, havendo a possibilidade de se incluir esse estudo específico no programa e no detalhamento do orçamento de 2016. Deliberação: os prefeitos aprovaram a proposta para a elaboração do inventario de emissão dos gases efeito estufa (GEE) no exercício de 2016.

A seguir, o Prefeito Lauro Michels solicita a palavra extra pauta e informa que na última sexta-feira se reuniu com a Caixa Econômica Federal e o secretário nacional de Habitação do MINISTÉRIO DAS CIDADES para tratar sobre os contratos pendentes, incluindo a prorrogação do contrato relativo ao PAC Encostas. Diz que é necessária a prorrogação deste contrato que está em restos a pagar, porém tem encontrado muitas dificuldades para isso. Ressalta que essa pendência é também com os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá. Dada a pertinência do tema, o Secretário Executivo relata nesse momento o informe sobre o PAC Mobilidade e informa que esteve em Brasília, juntamente com o Prefeito Saulo Benevides e o diretor administrativo financeiro do Consórcio, Sr. Carlos Eduardo Silva, em reunião no dia 15 de Setembro com o Secretário Nacional de Mobilidade, Sr. Dario Lopes, e a informação é que os contratos relacionados ao Consórcio e Rio Grande da Serra tem prosseguimento assegurado, os contratos com recursos de financiamento para Santo André, São Bernardo do Campo e Ribeirão Pires poderão ser viabilizados com mais brevidade e contratos ancorados em recursos do OGU dependem de uma nova audiência com o Ministro Gilberto Kassab, posto que não há perspectiva de liberação de recursos no próximo exercício. Sobre os contratos referentes ao PAC Encostas, também se enquadram na audiência cabível. O Prefeito Luiz Marinho entra em contato telefônico com o Ministro Gilberto Kassab, definindo-se uma assembleia extraordinária com a presença do próprio ministro e de todos os secretários nacionais vinculados ao Ministério das Cidades. Deliberação: a Assembleia Extraordinária para discutir os temas referentes aos contratos com o Ministério das Cidades foi agendada para o dia 16 de novembro, cabendo à Secretaria Executiva da Presidência reunir as informações necessárias para orientar o encontro.

Dando sequência, o Secretário Executivo anuncia a APRESENTAÇÃO DE ALEXANDRE LOLOIAN (FUNDAÇÃO SEADE) SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NO BIÊNIO 2014/2015. Com a palavra, Alex Loloian inicia sua apresentação (documento anexo), apresentando um panorama do emprego na região, a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED ABC) no biênio 2014/2015. O objetivo do estudo foi analisar o impacto das mudanças do ciclo econômico na proporção de assalariados e, conseqüentemente, na qualidade dos postos de trabalho oferecidos na região. O estudo buscou traçar o perfil socioeconômico dos ocupados e trabalhadores autônomos, a relação por setores de atividade, jornada de trabalho e rendimento, entre outras variáveis que permitem avaliação das dinâmicas do mercado de trabalho da região ao longo de 17 anos de realização da PED. Na comparação entre os biênios 1998-1999 e 2013-2014, foi registrada queda expressiva da taxa de desempregados, segundo o Estudo Especial "Formalização das relações de trabalho". Enquanto na primeira amostra a região contabilizava 21,4% da PEA (população economicamente ativa) sem emprego, a segunda mediu 10,7%, uma queda de 10,7 pontos percentuais. Outro aspecto que chamou atenção no estudo foi o crescimento dos assalariados com relações de trabalho formalizadas, que passou de 52,0% do total de ocupados para 64,9%, nos períodos analisados. O mercado de trabalho na Região do ABC passou por importantes mudanças nestes 17 anos de realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED ABC. Merecem destaque, nesse período, a forte redução da taxa de desemprego, o aumento da formalização das relações de trabalho e a diminuição das formas mais precárias de ocupação. Os baixos níveis de formalização registrados no início da

pesquisa, principalmente no que se refere ao contingente de assalariados com carteira de trabalho assinada no setor privado, foram progressivamente se elevando, com o conseqüente decréscimo da proporção de todas as demais formas de ocupação. A região teve um grande salto no crescimento do setor privado com carteira assinada. Essa foi uma revelação mais do que esperada. É incontestável a evolução e dinamismo que os assalariados da região presenciaram. Este resultado só corrobora a afirmação de que o ciclo econômico de crescimento esteve ligado ao trabalho formalizado. Tomando-se como referência os biênios 1998-1999 e 2013-2014, confirma-se a relação entre baixo dinamismo econômico, altas taxas de desemprego e geração de ocupações de baixa qualidade, em contraposição a períodos de maior dinamismo econômico, baixas taxas de desemprego e criação de ocupações de melhor qualidade. Até os anos 2000, a baixa qualidade dos postos de trabalho gerou debates a respeito da capacidade da economia brasileira em avançar na direção de um mercado de trabalho mais regulamentado. Tivemos uma série de elementos que permitiram essa progressão da taxa de ocupados, tais como as políticas de estímulo à regulamentação de trabalho, maior fiscalização por parte da legislação trabalhista e o período de crescimento econômico que começou no início do século e persistiu até recentemente. Observando-se o primeiro e o último biênio da série da pesquisa, verifica-se forte expansão do assalariamento com relações de trabalho formalizadas, devido à geração de 344 mil postos de trabalho. Este foi o único agrupamento com elevação da participação no total de ocupados, que passou de 52,0% para 64,9%, entre 1998-1999 e 2013-2014. Inversamente, reduziram-se as proporções de todos os demais agrupamentos de ocupados, nesse período. Em termos absolutos, houve reduções no agrupamento de ocupados com relações de trabalho não formalizadas (-9 mil ocupações) e no daqueles classificados nas outras formas de ocupação, que reúne trabalhadores familiares e outros (-10 mil). Por outro lado, aumentaram os contingentes daqueles inseridos nas ocupações independentes (22 mil) e dos trabalhadores domésticos (4 mil). As causas do acréscimo, para os primeiros, além das relacionadas ao crescimento da economia, também se devem às ações públicas de incentivo à formalização dessas atividades, como a das micro e pequenas empresas pela simplificação do pagamento de tributos e a nova legislação do microempreendedor individual e, no caso das empregadas domésticas, à Emenda Constitucional nº 72/2013, que ampliou os direitos dessas trabalhadoras. Segundo o estudo, a contribuição à previdência social oficial é uma das formas mais importantes de proteção ao trabalhador em períodos de afastamento do trabalho – temporário ou definitivo –, em razão de doença, acidente, maternidade ou aposentadoria. Excluindo-se o assalariamento com relações de trabalho formalizadas, em que há obrigatoriedade desta contribuição, as demais formas de ocupação elevaram sua proporção como contribuintes, entre 1998/1999 e 2013/2014. Apesar do aumento, as proporções alcançadas indicam a existência de parcelas consideráveis de ocupados ainda sem a devida proteção previdenciária. No que se refere ao Perfil dos agrupamentos de ocupação, há importantes diferenças entre os grupos e subgrupos de ocupação analisados no que se refere aos atributos pessoais. Em relação ao sexo, diminuiu a proporção de homens assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada (de 66,9% em 1998-1999, para 58,1%, em 2013-2014), principalmente em função do forte movimento de entrada de mulheres nessa forma de ocupação, cuja participação elevou-se de 33,1% para 41,9%, no período em análise.

No setor público, acentuou-se o perfil já predominantemente feminino (de 59,5% para 68,6%, entre os biênios estudados) e reduziu-se a proporção de homens (40,5% para 31,4%). Em 2013-2014, as mulheres representavam quase a totalidade da mão de obra no trabalho doméstico (97,7%) e cerca de $\frac{3}{4}$ no agregado outras formas de ocupação (74,3%). Nos demais grupos, a participação masculina se sobrepõe, embora a parcela de mulheres tenha aumentado em todos os grupos, com destaque para o de empregadoras, cuja proporção passou de 20,2%, em 1998-1999, para 27,6%, em 2013-2014. Quanto à faixa etária, os assalariados com relações de trabalho formalizadas apresentaram maior concentração de pessoas com 25 a 39 anos (45,7%), como reflexo do que ocorre na distribuição da população total. Este também é o grupo etário com maior parcela entre os ocupados com relações de trabalho não formalizadas (31,7%), embora seja muito semelhante à de jovens de 16 a 24 anos (30,2%). As ocupações independentes são executadas por um contingente mais adulto, distribuído entre as pessoas de 40 a 49 anos (29,4%), 25 a 39 anos (29,2%) e 50 a 59 anos (23,3%). O trabalho doméstico também é exercido principalmente por pessoas com 40 a 49 anos (35,8%). Por raça/cor, verifica-se uma sub-representação dos negros nas ocupações em que, em geral, é necessário dispor de nível de escolaridade elevado e/ou acúmulo de riqueza para montar seu próprio negócio. A despeito disso, houve crescimento da sua participação nos grupos analisados. Apenas no grupo do trabalhador doméstico, em que os negros estão muito representados, houve redução, uma vez que, em 1998-1999, os negros dividiam, igualmente, metade dos postos com os não negros, passando a ocupar 46,3%, em 2013-2014. No que diz respeito à posição no domicílio, há uma divisão clara entre chefes, cônjuges e filhos, por tipos de ocupação. Em 2013-2014, os chefes tinham maior participação entre os assalariados com relações de trabalho formalizadas (44,3%) e nas ocupações independentes (60,8%) e os cônjuges e filhos, nas ocupações mais precarizadas: os filhos predominavam no assalariamento sem carteira de trabalho assinada (44,3%) e os cônjuges no trabalho doméstico (51,2%). Segundo o nível de escolaridade, houve significativa melhora em 2013-2014, com maior concentração de pessoas com o ensino médio completo e superior incompleto em quase todos os tipos de ocupação analisados. Excetuando-se os profissionais universitários autônomos que, por definição, têm o ensino superior completo, apenas no assalariamento do setor público havia predominância de pessoas com esse nível de escolaridade (55,5%), o que não ocorria no biênio anterior. Relatou que os níveis mais baixos de escolaridade continuam sendo verificados entre os trabalhadores domésticos. É possível associar trabalhos menos qualificados às pessoas com ensino fundamental incompleto. No entanto, hoje se encontra em proporções inferiores às observadas no primeiro biênio do estudo (1998-1999). Entre os autônomos que trabalham para o público em geral, o nível de escolaridade predominante deixou de ser o ensino fundamental incompleto (de 62,8%, em 1998-1999, passou para 36,1%, em 2013-2014), para ser o médio completo ou superior incompleto (de 15,5% passou para 38,9%, no mesmo período). Por Setores de atividade, vale ressaltar que em 2013-2014, do total de ocupados na Indústria, 83,3% eram assalariados com carteira assinada no setor privado, sendo que, na metalmeccânica (material de transporte, metalurgia, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, aparelhos e materiais elétricos, entre outros), essa proporção aumenta para 89,6% (ver Tabela 15 do Anexo Estatístico). As ocupações com relações de trabalho não formalizadas representavam 9,3% do total de ocupados na Indústria e

as ocupações independentes correspondiam a 6,8%. Nos Serviços, 60,7% dos trabalhadores eram assalariados com relações de trabalho formalizadas, proporção que se diferencia segundo os segmentos do setor: 88,2% nas atividades administrativas e serviços complementares; 82,2% na administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais; e apenas 35,0% no ramo de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação. Os ocupados nos Serviços submetidos a relações de trabalho não formalizadas perfaziam 13,5% do total, sendo que no ramo de alojamento e alimentação, a proporção era a mais alta (24,1%). As ocupações independentes eram representadas por 15,0% do total de ocupados nos Serviços. No segmento de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação, a proporção desse tipo de ocupações era de 37,6%, basicamente pela presença de autônomos que trabalham para o público em geral. No Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, 57,2% do total de seus ocupados eram assalariados com carteira de trabalho assinada, e 24,5% estavam em ocupações independentes (principalmente autônomos que trabalham para o público em geral) e 16,0% eram ocupados com relações de trabalho não formalizadas. A construção civil é o setor que apresenta o mais baixo nível de assalariamento formal, com apenas 36,2% do total de ocupados com carteira de trabalho assinada. Nesse setor, predominam as ocupações independentes (43,0% do total de ocupados), principalmente autônomos que trabalham para o público em geral (34,5%), como pintores, pedreiros e ajudantes, em reformas ou construções de pequeno porte. Nos Serviços Domésticos, os ocupados dividiam-se da seguinte forma: 44,8% diaristas; 30,7% mensalistas com carteira de trabalho assinada; e 24,5% mensalistas sem carteira assinada. Quanto à Jornada de trabalho, vale notar que as jornadas médias de trabalho em 2013-2014 diminuíram de forma generalizada entre os vários grupos de ocupação: de 43 para 42 horas semanais entre os assalariados com relações de trabalho formalizadas; de 42 para 38 horas semanais entre os ocupados com relações de trabalho não formalizadas; de 48 para 43 horas nas ocupações independentes; de 35 para 33 para o trabalhador doméstico; e de 40 para 39 horas nas outras formas de ocupação. Mesmo os empregadores e os donos de negócio familiar, que fazem parte do grupo de ocupações independentes, reduziram suas jornadas de, respectivamente, 55 e 56 horas semanais, em 1998-1999, para 50 horas em 2013-2014. Ainda assim, continuam sendo as mais extensas. Assim como a jornada, a proporção de ocupados que trabalharam mais de 44 horas na semana diminuiu em todas as formas de ocupação. No biênio 2013-2014, os maiores percentuais de ocupados nessa situação estavam entre as ocupações independentes: 64,8% dos donos de negócio familiar, 58,7% dos empregadores e 41,1% dos autônomos para o público em geral trabalharam mais de 44 horas semanais. Quanto aos rendimentos do trabalho, em razão da diversidade da jornada média de trabalho para cada tipo de ocupação, os rendimentos médios reais foram apresentados por hora, de forma que permitissem uma melhor comparabilidade dessas informações. Entre os dois biênios analisados, os assalariados com relações de trabalho formalizadas tiveram redução em seus rendimentos por hora. Mas houve aumento para as ocupações que tradicionalmente recebem valores mais baixos (trabalhadores domésticos e assalariados no setor privado sem carteira assinada). Ao longo desse período tivemos diversos reajustes de salários. O diferencial é que ele passou a contemplar mais categorias e, dessa forma, o rendimento dos ocupados de diferentes

setores cresceu em volume de forma homogênea. Encerrada a apresentação, o Prefeito Luiz Marinho comenta sobre a importância do estudo, também para lembrar a todos o que foi a crise dos anos 1990, e o Presidente Gabriel Maranhão agradece a participação de Alexandre Loloian.

Prosseguindo com temas de interesse da economia regional, é convidado o Secretário Executivo da AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GRANDE ABC PARA A APRESENTAÇÃO DO ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A INDÚSTRIA DA DEFESA. Com a palavra, o Secretário Executivo da Agência, Giovanni Rocco, inicia sua apresentação informando que a ideia principal é apresentar os resultados preliminares de um estudo que avalia a competitividade do Grande ABC no cenário de oportunidades da cadeia da Defesa. O estudo apontou 199 empresas da região com potencial para atuar nesse mercado, além das 28 que já fornecem para essa indústria. Destaca a importância da indústria da Defesa pelos ganhos históricos em geração de conhecimento e pelo transbordamento de tecnologia para outras áreas. E a expectativa que o Grande ABC, que na década de 1950 foi vanguarda na indústria automobilística, volte a ser referência para toda a América Latina. O estudo é fruto da parceria entre o Consórcio, Agência e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e demonstra a estratégia e os desafios para que a região incorpore o setor de Defesa à sua cadeia industrial, tendo como cenário a movimentação do setor a partir da escolha de São Bernardo do Campo como sede da primeira fábrica da sueca Saab, após a encomenda de caças Gripen NG pela Força Aérea Brasileira (FAB). A cadeia deverá envolver também segmentos como serviços, atendimento e manutenção à indústria de Defesa, transporte/logística de altíssimo valor agregado, entre outros. O estudo foi entregue em setembro ao então ministro da Defesa, Jaques Wagner, em reunião que contou com a presença do presidente da Agência e prefeito de Mauá, Donisete Braga, que esteve em Brasília para discutir o potencial do ABC na empreitada de fomentar a indústria da Defesa na região. O próximo passo, na visão de Giovanni Rocco, seria a realização de um jantar como estratégia de mobilização dos empresários da região visando o fortalecimento do projeto. Nesse jantar, seria apresentado o estudo preliminar com o intuito de mobilizar as empresas locais para participação mais ativa, apresentar o mapeamento de novas empresas e convidar à participação no projeto. O Prefeito Donisete Braga informa que estava agendada para o dia 7 de Outubro a visita do ministro da Defesa ao Consórcio, mas devido à reforma ministerial isso não mais será possível. Reforça a necessidade de uma agenda comum para apresentação desse projeto ao governo federal. Sobre o jantar, considera necessário analisar se o momento é adequado em virtude do calendário, sugerindo repensar uma agenda no primeiro trimestre de 2016.

A Assembleia prossegue com o PREFEITO CARLOS GRANA E GT EDUCAÇÃO, E SEU CONVITE PARA O ENCONTRO NACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, DIAS 03 E 04/11, NO TEATRO MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Com a palavra, a secretária adjunta de Educação do município de Santo André e coordenadora do GT Educação, Ana Lucia Sanches, reitera o convite aos Prefeitos para o Encontro Nacional de Cidades Educadoras, que ocorrerá nos dias 3 e 4 de novembro, no Teatro Municipal de Santo André. A proposta da rede de Cidades Educadoras surgiu na década de 1990, em Barcelona, por meio de um movimento que contava inicialmente com a adesão de 60 municípios. Hoje com mais de 470 cidades espalhadas em 37 países, a Associação Internacional de Cidades Educadoras continua incentivando a participação e permitindo a associação de novas cidades para, assim, compartilhar e expandir os

princípios da Carta das Cidades Educadoras formulada durante o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Em 2016, o tema "Os territórios da convivência nas cidades" concentrará as discussões do XIV Congresso Internacional de Cidades Educadoras, que será realizado em junho do próximo ano, na cidade argentina de Rosário, tendo como ponto de partida a construção de cidades que valorizem a integração social e que respeitem a diversidade. Com o tema "Sustentabilidade, Inclusão Social e Diversidade em Territórios Educativos", o encontro terá apresentações culturais, debates, mesas de discussão e visitas técnicas a equipamentos e reunirá representantes das 14 cidades educadoras brasileiras associadas, para compartilhar experiências no desenvolvimento de políticas que incentivem a cidadania e impulsionem a qualidade de vida dos cidadãos. O Prefeito Carlos Grana reforça o convite aos Prefeitos destacando a importância da participação de todos e compartilhar desse momento. Também é um momento para os municípios apresentarem suas experiências. O evento contará com a presença de prefeitos, secretários e outras autoridades e a palestra de abertura com participação do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Ana Lucia Sanches informa ainda que serão realizadas duas pré conferências regionais de educação que ocorrerão nos dias 26/10 e 07/11, com a presença de Agentes de Educação do ABC. O primeiro encontro contará com a participação do Sr. Ítalo Dutra, da Diretoria de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação, que falará aos participantes sobre as tensões e consensos relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No dia 17 de novembro, serão abordados os desafios da implementação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e do Custo Aluno Qualidade (CAQ). A Conferência Regional de Educação está marcada para o dia 3 de dezembro e irá estabelecer estratégias e metas regionais, visando melhorar o ensino e o aprendizado na região. Após a finalização dos planos municipais de educação, os dois eventos preparatórios são mais um passo em direção à Conferência Regional. Em 2013, o GT Educação participou da Conferência Nacional de Educação e coordenou uma versão intermunicipal do CONAE, além de dar suporte para que cada prefeitura realizasse a sua conferência municipal. Agora, finalizados os Planos Municipais de Educação, a região se organiza para a realização da Conferência E DO Plano Regional.

Finalizados os pontos principais, a Assembleia prossegue com os INFORMES, relatados a seguir:

Alteração de data da próxima assembleia: a pedido do Prefeito Carlos Grana, dada a coincidência de datas com o evento das Cidades Educadoras, a assembleia de novembro será realizada no dia 09/11/15, às 9h.

"I Fórum de Memória e Patrimônio Cultural do Grande ABC", no dia 07/10 das 8h às 16h, auditório, o GT História e Memória, realizará o "I Fórum Memória e Patrimônio Cultural do Grande ABC". O evento tem o objetivo de promover debates sobre a importância da preservação da memória e do patrimônio do ABC. O fórum terá palestras que contribuirão para a construção de ideias visando à inserção do tema nos planos municipais de cultura.

Visita da delegação de Moçambique. No dia 08/10, o Consorcio receberá representantes da prefeitura de Maputo, capital de Moçambique, para conhecer o trabalho das prefeituras da região e do Consórcio na gestão de resíduos sólidos. Após a reunião, a comitiva vai realizar uma visita técnica ao Aterro Municipal de Santo André. Entre outras informações, o Consórcio irá apresentar a formação e objetivos da

entidade nessa temática e conhecer como cada município faz a gestão dos seus resíduos. Também será apresentado o escopo do Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos que está em elaboração pelo Consórcio.

IV Conferência Regional Livre de Políticas para as Mulheres do Grande ABC. O GT Gênero realizará a "IV Conferência Livre Regional de Políticas para as Mulheres do Grande ABC", no dia 17/10, das 9h às 12h, auditório do Consórcio. O encontro tem o propósito de desenvolver estratégias que permitam o avanço das políticas públicas voltadas às mulheres da região e definir os desafios para a superação das desigualdades e fortalecimentos dos direitos femininos. A conferência envolverá atividades de discussão para definir as propostas regionais, estaduais e nacionais que serão, posteriormente, encaminhadas às Conferências Estadual e Nacional. A etapa estadual deve acontecer ainda neste semestre e irá subsidiar a conferência nacional, marcada para março de 2016, em Brasília, e cujo tema será "Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres". Neste encontro regional serão discutidos quatro eixos temáticos: "Contribuições dos conselhos de direitos da mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades", "Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres nos âmbitos Municipal, Estadual e Federal", "Sistema político com participação das mulheres e igualdade" e "Sistema nacional de políticas para as mulheres".

Seminário GT Igualdade Racial, dia 22/10, às 18h30, no auditório, com o tema: A importância dos movimentos sociais e das políticas afirmativas no combate ao racismo. O evento marca o fim de uma série de seis encontros de debates sobre o enfrentamento do preconceito e das desigualdades raciais. Todas as informações serão reunidas em uma cartilha regional, cujo lançamento está previsto para março de 2016.

Evento 25 anos do Consórcio, 17/12, Teatro Municipal de Santo André.

Reunião do Conselho Metropolitano, 19/10, às 9h, no Arquivo Público da Cidade de São Paulo. O Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, relata as reuniões que estão ocorrendo previamente ao Conselho, cuja pauta principal será a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), alertando para a questão do calendário proposto pelo Estado. O prefeito Luiz Marinho solicita que ocorra uma reunião previa dos Prefeitos para melhor posicionamento do Consórcio.

Finda a pauta ordinária da 67ª Assembleia e após a entrevista coletiva dada pelos Presidentes do Consórcio e da Agência, a Assembleia de Prefeitos se reúne em almoço de trabalho para dialogar sobre os ORÇAMENTOS 2015 e 2016. O Secretário Executivo apresenta a situação financeira da entidade, informando que a inadimplência global se aproxima dos 48% da receita prevista e apenas os municípios de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul estão plenamente em dia com os repasses previstos nos respectivos contratos de rateio. Apresenta também a proposta de Santo André para a mudança do critério de cálculo do orçamento já em 2015, com a mesma premissa já aprovada para 2016, ou seja, a consideração das receitas próprias dos tesouros municipais, excluídas as transferências de recursos de outras esferas federativas. Com isso o orçamento de 2015 se reduziria para R\$ 25,3 milhões cabendo a repactuação dos valores pendentes dos municípios de Santo André, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A proposta foi aprovada, com o compromisso de parcelamento dos débitos, cabendo à Diretoria Jurídica do Consórcio verificar a necessidade de se

concluir o referido parcelamento em dezembro de 2016 ou a possibilidade de se estender para além desse prazo, devendo o tema voltar à Assembleia para a pactuação definitiva. O Secretário Executivo também apresentou o pleito dos servidores para a reposição salarial, cuja data base passou a ser 01 de Outubro, mas o tema não teve deliberação da Assembleia, devendo também voltar à pauta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luis Gabriel Fernandes da Silveira deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 14h30, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.

Região do Grande ABC, em 05 de outubro de 2015.

Prefeitos presentes na 67ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Presidente
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIZ MARINHO
Vice Presidente
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

LAURO MICHELS
Prefeito de Diadema

DONISETE BRAGA
Prefeito de Mauá

SAULO BENEVIDES
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 67ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.